



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



PARLAMENTO Levantamento de sigilo no caso BPN Comissão recebe parecer favorável

DEPUTADOS DEVERÃO requerer levantamento ao Tribunal da Relação.

O parecer jurídico que a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN encomendou permite o levantamento do sigilo bancário e profissional, apurou o Diário Económico. O jurista que elaborou o relatório com cerca de trinta páginas, Nuno Piçarra, legitima, assim, que os deputados acedam a informação privilegiada sobre as finanças e as auditorias ao banco.

Os argumentos de Nuno Piçarra, professor de Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, assentam na contraposição dos pareceres apresentados pelo Banco de Portugal e pelo próprio BPN para justificar a recusa do envio de documentação solicitada pela comissão. O documento do jurisconsulto será hoje entregue pela presidente da co-

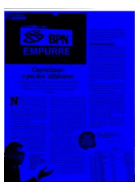
missão, Maria de Belém Roseira, aos coordenadores dos grupos parlamentares. Só após a análise do parecer pelos deputados, a comissão decidirá se mantém a intenção de avançar com o requerimento para o Tribunal da Relação de Lisboa, tornando-se o primeiro inquérito parlamentar a pedir o levantamento do sigilo bancário.

O tempo de decisão do Tribunal da Relação poderá atrasar a conclusão dos trabalhos do inquérito parlamentar, inicialmente prevista para meados deste mês. Os deputados foram entretanto já forçados a pedir o prolongamento do prazo até 14 de Maio e a prescindir de audições. Certo é que o inquérito terá de acabar antes das férias parlamentares. ■ **M.B. e S.A.S.**



■ **MARIA DE BELÉM**

A presidente da comissão vai hoje analisar o parecer do jurista Nuno Piçarra. O documento contrapõe argumentos do Banco de Portugal e do BPN.



ECONOMIA CASO BPN



Caprichoso: o pai dos 'offshores'

O número dois de Oliveira e Costa terá recebido «créditos» de milhões de euros, sem garantias. O Parlamento pode insistir na sua audição

POR PAULO PENA

Não se sabe como nasce o nome de um offshore, e esse não é o único mistério que envolve os paraísos fiscais. Nem será o maior. Mas um «veículo financeiro», criado em finais do anos 90 pelos administradores do BPN, calhou chamar-se Breslan, como a aldeia da Ossétia do Norte onde, em 2004, se deu um massacre de 186 crianças, num total de 331 vítimas de um atentado checheno e da brutal resposta militar russa.

O nome é apenas uma das curiosidades deste offshore, o Breslan Investments LLC, com sede em San Diego, nos EUA, mas que partilhava a morada do balcão do BPN da Foz, no Porto, com outras empresas do grupo de Oliveira e Costa, entre as quais a Planfin, liderada pelo número dois do grupo, Luís Carlos Oliveira Caprichoso. Este antigo quadro da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, que depois

FRANCISCO SANCHES Ao contrário de Caprichoso, o antigo administrador foi depor ao Parlamento, apesar de arguido no Banco de Portugal

enveredou por uma carreira de «consultor fiscal» de empresas, foi, na época áurea de Oliveira e Costa na Sociedade Lusa de Negócios (SLN), o responsável pelas áreas estratégicas da actividade financeira do grupo. Entre as mais de 20 empresas da SLN que administrou, até sair, no dia 31 de Agosto de 2007, com uma indemnização de 687 500 euros, pela cessação das suas funções, Luís Caprichoso geriu a BPN SPGS, a Real Seguros, a SLN Investimentos SGPS, a SLN International SGPS, a BPN Madeira, a Partinvest, além de várias outras empresas do grupo, nos ramos automóvel, do turismo e dos negócios imobiliários.

O offshore Breslan foi um dos títulos descobertos durante a «operação César», lançada pela administração de Miguel Cadilhe, com o objectivo de descobrir, entre os vários negócios suspeitos, o que, de facto, era de «César», ou seja, da SLN. Com conta no balcão-sede do BPN, em Lisboa, a Breslan Investments movimentou verbas avultadas, ao longo de vários anos. Mas o mais suspeito dos movimentos foi a transferência, no dia 29 de Dezembro de 2000, de 2,5 milhões de euros (476 937 mil contos, na moeda antiga) da conta da Breslan para uma outra conta offshore, também do grupo: a

Este fundo partilhava a mesma morada de um balcão do BPN no Porto

Venice, antecessora do célebre fundo Jared Investments, com que as autoridades confrontaram Oliveira e Costa aquando do seu interrogatório no Departamento de Investigação e Acção Penal.

SEMEDO REQUER AUDIÇÃO

Segundo uma fonte da administração Cadilhe, o Breslan tem como «ultimate beneficiary owner», ou «último titular», o próprio Luís Caprichoso. E a verba transferida para a Venice teve como única contrapartida a entrega de acções da SLN, no valor de um milhão e meio de euros (à época, uma vez que, agora, esse valor é quase nulo). Ou seja, a convicção dos administradores que fizeram o «mapa» deste universo financeiro paralelo, durante a administração Cadilhe, é a de que tais «créditos» serviam para desviar fundos e eram alimentados, muitas vezes, por empréstimos do Banco Insular, de Cabo Verde.

Luís Caprichoso era um dos três nomes apontados por ex-gestores da SLN como responsáveis pelas ordens «informais» para movimentar verbas do Insular.

E é também um dos arguidos no processo de contra-ordenação em curso no Banco de Portugal. Foi essa, aliás, a condição que invocou para não comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o BPN. Em carta assinada pela sua advogada, Cristina Cardoso, Caprichoso alega que o inquérito do Parlamento visa «os mesmos factos e situações» investigados pelo Banco de Portugal.

João Semedo, do Bloco de Esquerda, discorda. E anuncia à VISÃO que vai «contestar juridicamente os argumentos invocados, e requerer nova convocação de Luís Caprichoso».

BRESLAN INVESTMENTS LLC RUA MARECHAL SALDANHA, 604 4150-652 PORTO

08-09-03 8:42:57

Table with columns for data, description, amount, and other financial details. Includes a header for 'BRESLAN INVESTMENTS LLC' and various rows of data.

Foto: L. F. ALMEIDA/ALUEA



BPN

BE exige um ataque a crime financeiro

➔ Porque "os crimes financeiros não destroem apenas a economia, corroem a democracia", o deputado do BE, João Semedo, que integra a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, exigiu ontem, no Parlamento, um "combate sério" a este tipo de criminalidade.

Depois de sublinhar que, "comparativamente ao peso da economia, o buraco do BPN é quase cinco vezes maior que o causado pela fraude de Madoff", o deputado bloquista criticou a utilização do sigilo bancário para prejudicar o apuramento da verdade. E acusou a supervisão de, no caso do BPN, ter "falhado redondamente".

Numa declaração política na sessão plenária de ontem, Semedo exigiu do Governo, "não a retórica vazia de conteúdo", mas "novas regras que ponham a política, a democracia e o interesse dos cidadãos a comandar o que até aqui tem ficado nas mãos de um sistema desregulador e irresponsável". **A.P.C.**



A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

Luís Figo, o BPN e as companhias

Luís Figo está “desagradado e surpreendido” com o descalabro do BPN, diz o seu representante. Confesso que fiquei baralhado. Eu explico:

Em Março de 2001, quando a “Exame” denunciou os problemas no banco, Luís Vicente, que lhe tratava da imagem, avisou que Figo ficara agastado com a matéria sobre o BPN (por quem dera a cara, de forma pública e visível!). De tal forma que estava a repensar o compromisso assumido com a Edimpresa (edição de um livro) e ponderava um processo à revista.

Mandei transmitir a Luís Vicente (que não tivera o cuidado de falar comigo, o director da revista) que por Figo nutria admiração, mas que devia informar-se melhor sobre o que se passava no BPN. Para não acabar chamuscado...

Face ao que se passou a seguir só posso concluir que Vicente não lhe deu o recado... ou Figo fez orelhas moucas (ontem disse-me que não se lembrava do episódio). Senão porque manteve Oliveira e Costa a presidir ao conselho fiscal da sua Fundação até 2007?

Luís Figo não devia delegar certos assuntos nos seus representantes. Até para evitar contradições: Miguel Macedo disse que o BPN “tem cumprido todos os compromissos”. Mas há dois anos que não paga os 300 mil euros anuais acordados com a Fundação e, desde a nacionalização, não paga a Figo.

Compreende-se que Figo não queira o seu nome ligado ao BPN, depois da forma como foi “usado” por Oliveira e Costa. Mas já era altura de acertar nas companhias. Ah! E já agora, confiar mais nos jornalistas.



Directora do Banco de Portugal diz que BPN é um caso “de fraude”

Inquérito. Os deputados da Comissão de Inquérito ao BPN voltaram a criticar a recusa do BdP em fornecer informação ao Parlamento

Clara Machado, directora adjunta do departamento de supervisão do Banco de Portugal (BdP), declarou ontem, no Parlamento, que o caso do BPN “não é uma falha de supervisão mas sim uma fraude”.

Segundo frisou na comissão de inquérito ao caso BPN “no exercício de uma actividade normal de supervisão não é possível apanhar certas operações”. Clara Machado adiantou mesmo que estas matérias só “se costumam apanhar por denúncia interna” acrescentando que a supervisão “não é nem polícia, nem espião”. Clara Machado afirmou mesmo que no BPN “havia um perfil de ocultação de dados”.

Nuno Melo, do CDS-PP confrontou Clara Machado com as comunicações do DCIAP de 10 de Dezembro de 2004, a solicitar ao BdP informações sobre o Banco Insular alertando para o seu envolvimento em criminalidade de dimensão internacional. A este ofício o BdP responde a 27 de Dezembro de 2004 dizendo que o



Clara Machado recusou falhas da supervisão bancária no BPN

Insular não constava do seu registo. A 15 de Junho de 2007 o DCIAP reforça o pedido de informações. Mas a 5 de Março de 2008 o DCIAP referia estar em investigação a actividade desenvolvida em Portugal pelo banco cabo-verdiano referindo “estar em causa a confusão de interesses com sociedades participadas pela SLN e financiamentos concedidos a projectos onde se indicia existirem interesses acionistas do BPN, verificando-se mesmo a realização em Portugal de acções de financiamento, reali-

zadas a partir de contas tituladas pelo Insular”.

Durante a audição – que decorria à hora de fecho desta edição – as várias bancadas criticaram a posição do BdP de não fornecer dados à comissão de inquérito. Ontem o parecer jurídico de Nuno Piçarra foi entregue aos coordenadores das várias bancadas na comissão de inquérito, para ser anexado ao pedido do Parlamento ao Tribunal da Relação para se levantar o sigilo bancário. ■

EVA CABRAL